RESUMO EXECUTIVO da A T A

Aos vinte e nove dias de junho de 2009, reuniram-se no auditório da CDHU, situado à Rua Boa Vista, 170 – 15º. andar, São Paulo-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do CBH-AT, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória da plenária extraordinária CBH-AT, nº 28/09 - Sec. Exec./CBH-AT. Clóvis Volpi Presidente do CBH-AT (segmento municípios, Prefeitura da Estância Turística de Ribeirão Pires) propôs alteração de pauta, sendo que iniciariam com a apresentação da Semasa deixando por último os informes da comissão eleitoral. **A proposta de alteração da ordem da pauta foi aprovada**. **Na sequência, a Ata da reunião plenária anterior também foi aprovada, como apresentada.** O Sr. Clóvis do Serviço Municipal de Saneamento de Água e Esgoto de Santo André-Semasa apresentou resumidamente o EIA-Rima refêrente à ampliação do aterro sanitário da central do tratamento e destinação final de resíduos sólidos de Santo André com a conclusão de que existe a viabilidade do empreendimento. Aberta a palavra para as considerações do plenário Raimundo Barbosa de Souza (União das Vilas do Grande Alvarenga), disse que não recebeu o material para as devidas considerações, ao que Valentina Denizo (CDHU) e Arlete (Secretaria Executiva do Comitê) confirmaram que o material foi encaminhado e que a Câmara técnica do Subcomitê foi convocada pela Câmara técnica do Alto Tietê. Gilmar Mangueira (Prefeitura de São Bernardo do Campo) considerou que eram poucos os pontos para o monitoramento das águas superficiais. Após amplos debates, todos constantes na Ata Completa, o Presidente ao considerar as manifestações propôs e foi aprovado que a **deliberação CBH-AT no. 08/09 deveria ser remetida para as instâncias da Câmara Técnica e do plenário do Subcomitê Billings-Tamanduateí, voltando com a máxima urgência, foi também recomendado que deveriam se reunir as Câmaras Técnicas do Alto Tietê e do Subcomitê Billings-Tamanduateí, além de uma nova exposição no Subcomitê, sendo divulgado para todos.** Pelos informes Marco Antônio Palermo Vice-presidente do Comitê (ABRH) anunciou a realização do 18º. Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos em Campo Grande na última semana de novembro, e do evento "Valor econômico da água - desafios para gestão dos recursos hídricos na bacia do Alto Tietê" a ser realizado em meados de julho-agosto, comunicou também que estava ainda aberto para o envio de trabalhos. Maria Emília Botelho Secretária Executiva Adjunta do Comitê (CETESB) explicou que a **deliberação Ad referendum CBH-AT no. 06/09** considerava a participação de 20 membros da Sociedade Civil Organizada escolhidos pelo próprio segmento entre o Comitê do Alto Tietê e os Subcomitês, para hospedagem e alimentação gratuita no evento “7º. Diálogo Interbacias”, a deliberação **foi aprovada**. A Secretária também informou que o Comitê tinha dois novos funcionários, para educação ambiental e recursos hídricos. Jorge Rocco (Secretaria Executiva) informou sobre o andamento dos trabalhos do GT Cobrança, que teriam reunião dia 02/07 com objetivo de encaminharem para a próxima reunião plenária do Comitê proposta com relação aos coeficientes para a cobrança pelo uso da água e as condições para a implementação. Bonfilio Alves (prefeitura de Caieiras) solicitou que incluíssem todos os Conselheiros, titulares e suplentes do Comitê e Subcomitês, para receberem o relato e o cronograma com a agenda das reuniões, ao que o Presidente reforçou a solicitação. Miron Rodrigues da Cunha (APCMA) disse que os ajustes necessários no cadastro unificado DAEE/CETESB não poderiam justificar eventual demora posto que um cadastro é dinâmico e necessita de aperfeiçoamento constante. Jorge esclareceu que é recomendável certa cautela na questão do cruzamento dos dados entre os cadastros da Cetesb e DAEE, a própria FABH-AT observou que os dados precisam ser verificados e complementados, não se pode colocar em risco a credibilidade do cadastro perante os usuários para não prejudicar todo o processo da cobrança. A Secretária informou que o GTPlan também tem se reunido com a Profa. Mônica Porto, estão começando a elaborar o plano de ações para auxiliar na utilização dos recursos

da cobrança, e optaram por fazerem oficina com todos os Subcomitês buscando maior participação. A deliberação CBH-AT no. 07/09 apresentação dos projetos aprovados para financiamento do FEHIDRO entrou em pauta, havendo várias considerações do plenário, registradas na íntegra na Ata completa. Foram 12 projetos enquadrados como demanda induzida e 23 como demanda espontânea, e 1 projeto, da prefeitura de Suzano, enquadrado nas demandas induzidas do CRH, também foi elaborado um banco de projetos que estarão habilitados para receber recursos. A prefeitura de Salesópolis de acordo com o Manual de Procedimentos Operacionais precisaria ter para seu projeto o plano diretor de macro drenagem, porém não tinham, inviabilizando no primeiro momento. Foi alertado também que 9 tomadores tinham pendências junto ao FEHIDRO e deveriam se regularizar, que os habilitados deveriam trazer três vias de todos documentos previsto no Manual e a declaração de compromisso e no caso de bem adquirido o documento de compromisso de doação para um órgão público. As representações das prefeituras de São Lourenço da Serra, Osasco e Barueri solicitaram esclarecimentos sobre a não aprovação de seus projetos. Foi esclarecido que o FEHIDRO não financia aquisição de bens ou construção como objeto principal do projeto, portanto deveria ser um projeto financiado de recuperação de área e parte do projeto deveria ser por exemplo a construção de um viveiro para recuperar as mudas para o plantio da área. Foi recomendado aconselhado que reapresentassem seus projetos para ficarem habilitados no banco de projetos, e no caso de Osasco que regularizasse ocumentação. Também foi esclarecido que a reunião de julgamento dos projetos contou com aproximadamente 30 membros do colegiado, o GT Acompanhamento de projetos, os coordenadores de Câmara técnica dos Subcomitês e Secretários Executivos dos Subcomitês, estes deveriam repassar a divulgação da realização da reunião. A **deliberação no. 07/09 foi aprovada** com voto contrário de São Lourenço da Serra, e foi deliberado como aprovado na forma de artigo na mesma deliberação que as demandas induzidas do CRH referente a revitalização de córregos e proteção de nascentes teriam ainda recursos disponíveis para apresentação de novos projeto, aproximadamente R$ 344.144,00, e que para tanto foi aberto um prazo de 30 dias. O Presidente solicitou divulgação das entidades inadimplentes : ABES São Paulo, projeto paralisado há mais de 24 meses na execução, Cetesb entidade com projeto não iniciado há mais de 12 meses e com projetos paralisados há mais de 24 meses na execução, CPTI projeto não iniciado e paralisado há mais de 24 meses da execução, DAEE projeto não iniciado considerado paralisado há mais de 24 meses, não prestou contas da última parcela ao agente financeiro, FCTH projeto iniciado há mais de 12 meses e projeto paralisado há mais de 24 meses na execução, Instituto Aruandista, projeto paralisado há mais de 24 meses na execução, prefeitura de Osasco projeto paralisado há mais de 24 meses na execução, Poá não prestou contas da última parcela ao agente financeiro, Salesópolis não prestou contas da última parcela ao agente financeiro. Jumara (Prefeitura São Lourenço da Serra) solicitou, “que a Secretaria Executiva por favor nos enviassem a lista de todos, das pessoas que fizeram avaliação dos projetos, porque além disso, nessa lista não há nenhuma prefeitura do Subcomitê Cotia Guarapiranga (...) como antes nós fazíamos que cada projeto tinha uma ficha, o por que, a nota de cada avaliador, e eu queria esse procedimento para que São Lourenço da Serra pudesse saber quem avaliou os projetos.” Como último item da pauta, informes da comissão eleitoral, Nelson Pedroso Presidente da comissão eleitoral teceu diversas considerações e apresentou as instituições classificadas : segmento das Associações ligadas ao consumo dos recursos hídricos para uso doméstico de interesse no abastecimento público, saneamento e saúde pública, Federação de Favelados e Associações do Grande Estado de São Paulo-FAGESP, União brasileira de atividades comunitárias, Instituto Chão Verde antigo Conselho comunitário de saúde Dr. Franco da Rocha, Conselho comunitário de educação, cultura e ação social da Grande São Paulo e Federação das Associações de Mutuários e Associações de Moradores do estado de São Paulo-FAMMESP. Segmento das associações ligadas ao consumo dos recursos hídricos para atividades industriais Federação das indústrias do estado de São Paulo-Fiesp e Centro das indústrias do estado de São Paulo-Ciesp estadual. Associações ligadas ao consumo de

recursos hídricos para as atividades agrícolas Sindicato rural de Mogi das Cruzes e Associação de agricultura sustentável do Grande ABC. Associações ligadas ao consumo dos recursos hídricos para atividades do comércio, lazer e serviço Associação empresarial e comercial de Embú e região-ACEER, Associação paulista de empresas de tratamento e destinação final de resíduos urbanos-APETRES, Associação paulista de consultores de meio ambiente-APCMA, Associação comercial empresarial de Itapecerica da Serra, Associação comercial e industrial de Embú-ACISE, Federação paulista de esportes náuticos a motor. Associações de defesa do meio ambiente Instituto de pesquisa e ecologia humana-IPEH, Comissão de defesa e preservação da espécie e meio ambiente-CDPEMA, Associação natureza sempre natural, Movimento Brasil Verde, Organização Bio-Bras, Associação de recuperadores ambientais de São Bernardo do Campo, Associação ecológica e cultural acorda Mairipa, Associação do verde e proteção do meio ambiente-AVEPEMA, Instituto ambiental e cultural do alto Tietê-ICAT, e CATALISA Rede de Cooperação para a Sustentabilidade. Associações técnicas especializadas em recursos hídricos Associação brasileira de recursos hídricos-ABRH, Associação brasileira de engenharia ambiental sanitária-ABES- Seccional do estado de São Paulo e Associação dos engenheiros da Sabesp. Nenhuma entidade habilitada nas organizações sindicais de trabalhadores com atuação em recursos hídricos, meio ambiente e saneamento. Associações científicas, universidades, institutos de ensino superior, entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, Universidade Braz Cubas, Instituto de pesquisas educacionais Praxis, Sociedade educacional Praxis, Instituto Aruandista de pesquisa e desenvolvimento. Houve amplo e acalorado debate, a reunião foi suspensa, porém definido que a continuidade seria no dia 06/07/2009. **O colegiado do CBH-AT então reunido aprovou o relatório da comissão de acompanhamento eleitoral,** incluindo que caberá ao Comitê solicitação oficial para que o Presidente da OAB proceda à indicação do representante da OAB estadual. Anselmo José de Almeida, “Nei Favela” (FAGESP) disse : “À título de contribuição, para a comissão eleitoral, é uma questão muito simples, por exemplo se tiver um empate técnico na apuração do alto Tietê, vamos supor que tenham quatro entidades habilitadas 2 de um lado e 2 do outro, então há empate técnico, o encaminhamento é para que a comissão eleitoral, que nesse caso do empate técnico prevaleça os Subcomitês diferentes, prevaleça a titularidade para Subcomitês diferentes, de uma maneira democrática.” o plenário manifestou-se favoravelmente para recomendar esse encaminhamento no caso de empate. Eu, Maria Emília Botelho, como Secretária Executiva Adjunta, coordenei a elaboração da presente Ata, que está em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.